FACULDADE DO BAIXO PARNAÍBA
CURSO DE PEDAGOGIA

AURINÉIA COSTA OLIVEIRA
JOSÉ FERREIRA NEVES FILHO
RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS
VALTERLIN LUZ DE OLIVEIRA

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Chapadinha
2014

AURINÉIA COSTA OLIVEIRA
JOSÉ FERREIRA NEVES FILHO
RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS
VALTERLIN LUZ DE OLIVEIRA

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), para obtenção do grau de licenciados em Pedagogia.

Orientadora: Profª. Msc. Neldan de Araújo Oliveira.

Chapadinha
2014

AURINÉIA COSTA OLIVEIRA
JOSÉ FERREIRA NEVES FILHO
RAIMUNDA FERREIRA DOS SANTOS
VALTERLIN LUZ DE OLIVEIRA

AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), para obtenção do grau de licenciados em Pedagogia.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Msc. Neldan de Araújo Oliveira (Orientadora)
Mestra em Desenvolvimento Humano
Faculdade do Baixo Parnaíba

_____
1º Examinador

_____
2º Examinador

A Deus, aos nossos familiares, a FAP e a todos que fazem a educação do nosso município, para que continuem sonhando e não desistam de lutar por uma educação de qualidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter sido fiel e nos abençoar durante o período em que estivemos na Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP).

À Profª. Msc. Raimunda Nonata Fortes Braga, Diretora de Ensino da FAP, por ter oportunizado o estudo e a conclusão do curso de Pedagogia.

À nossa orientadora Profª. Msc. Neldan Araújo Oliveira pelo carinho, paciência e dedicação, sendo sempre comprometida no desenvolvimento desta monografia.

Aos professores (as) que contribuíram para nossa formação mediando o conhecimento que embasou esta pesquisa.

Às amizades que conquistamos nesta instituição de ensino e que jamais esqueceremos.

"(...) todo amanhã se cria num ontem, através de um hoje (...).
Temos de saber o que fomos para saber o que seremos."

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho monográfico foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica objetivando refletir sobre as contribuições de Paulo Freire, através de suas obras, para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Discutiu-se o reconhecimento da necessidade da efetivação da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, compreendendo as contribuições de Paulo Freire para o caminhar dessa importante jornada educacional. Junto com esse reconhecimento, para tanto, fez-se necessário conhecer a história percorrida pela EJA, seus desafios, experiências, erros, acertos e garantias através da legislação brasileira que a conduziram como um marco importante no processo de democratização do Brasil e principalmente na intervenção de milhares de jovens e adultos que não sabiam ler e escrever, mas que através da educação e do conhecimento das letras e números passaram a ter uma nova visão do mundo ao seu redor. Buscou-se as contribuições de Freire (1990, 1996, 1997, 2002, 2003, 2005, 2006, 2009 e 2011), Carvalho (2010), Gadotti (2011), Libâneo (2012), Paiva (1987) e outros. Neste sentido, considerou-se que, apesar dos inúmeros avanços tanto por parte da conscientização popular como na legislação, ainda resta um longo caminho a ser percorrido para que a EJA desenvolva-se de forma transformadora e que atenda as reais necessidades de jovens e adultos em situação de vulnerabilidade social com vista a incluí-los em pé de igualdade no mercado de trabalho e na sociedade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação. Cidadania.

ABSTRACT

This monograph was developed through a literature review aiming to reflect on the contributions of Paulo Freire, through his works, for the development of the Youth and Adult Education in Brazil. Discussed the recognition of the necessity of realization of Education for Youths and Adults (EJA) in Brazil, including the contributions of Paulo Freire to walk this important educational journey. Along with this recognition, therefore, it was necessary to know the history covered by EJA, their challenges, experiences, mistakes, successes and guarantees by Brazilian legislation that led to an important milestone in the democratization process in Brazil and especially in speech thousands of youth and adults who could not read and write, but through education and knowledge of letters and numbers began to have a new vision of the world around you. Sought the contributions of Freire (1990, 1996, 1997, 2002, 2003, 2005, 2006, 2009 and 2011), Carvalho (2010), Gadotti (2011), Libâneo (2012), Paiva (1987) and others. In this sense, it is considered that, despite the many advances both by the popular consciousness as the legislation is still a long way to go to develop the EJA is transformative manner and meets the real needs of young people and adults in a situation of social vulnerability in order to include them on an equal footing in the labor market and society.

Keywords: Youth and Adult Education. Education. Citizenship.

LISTA DE SIGLAS

ABC	-	Ação Básica Cristã
CEAA	-	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB	-	Câmara de Educação Básica
CF	-	Constituição Federal
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
CNEA	-	Campanha Nacional de Erradicação ao Analfabetismo
CNER	-	Campanha Nacional de Educação Rural
CPCs	-	Centros Populares de Cultura
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	-	Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
LDBEN	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCP	-	Movimento de Cultura Popular
MEB	-	Movimento de Educação de Bases
MEC	-	Ministério da Educação
MOBRAL	-	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PAS	-	Programa de Educação Solidária
PE	-	Pernambuco
PIPMO	-	Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra
PNAD	-	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RJ	-	Rio de Janeiro
RN	-	Rio Grande do Norte
SECAD	-	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SESI	-	Serviço Social da Indústria
UFRJ	-	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	-	Universidade de Brasília
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

			p.
Quadro 1	-	História de Campanhas, Planos e Programas da EJA.....	25
Figura 1	-	Residência de Paulo Freire.....	29
Figura 2	-	O Livro do Bêbê escrito pela mãe de Paulo Freire.....	29

SUMÁRIO

		p.
1	**INTRODUÇÃO**.....	11
2	**NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL**.....	13
2.1	**Legislação da Educação de Jovens e Adultos**.....	13
2.2	**O processo histórico da Educação de Jovens e Adultos**.....	14
2.2.1	O ensino no Brasil colonial.....	15
2.2.2	O ensino no período imperial.....	16
2.2.3	O ensino nos primeiros anos da república.....	17
2.2.4	O ensino no período de 1930 a 1960.....	17
2.2.5	O ensino durante o regime militar.....	18
2.2.6	O ensino nos últimos vinte anos.....	19
3	**O ANALFABETISMO E A EDUCAÇÃO POPULAR**.....	22
3.1	**Os Programas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**.....	23
4	**PAULO FREIRE: um marco na educação brasileira**.....	29
4.1	**As concepções freirianas e o exercício da cidadania**	31
4.2	**4.2 As obras Freirianas**.....	33
5	**AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**.....	38
5.1	**Experiências na Educação de Jovens e Adultos sob a perspectiva de Freire**.	42
6	**CONCLUSÃO**.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

A escola nos dias atuais é um dos espaços sociais mais importantes na vida dos indivíduos, pois permite o envolvimento com todas as áreas do conhecimento e sua inter-relação entre aprendizado científico, o mundo do trabalho e a vida socialmente ativa. É um espaço de discussões, de exposições de ideias, de sonhos, de troca de informações.

A educação formal se desenvolve na escola, considerando as potencialidades, viabilizando aos alunos a formação de uma consciência crítica do mundo a sua volta. É o espaço ideal para as discussões, por entender-se que a educação é um fator preponderante na vida dos indivíduos, um direito subjetivo (Constituição Federal[1] – 1988) e, portanto, deve ser oferecido à todos os indivíduos que a ela também não tiveram acesso na idade certa ou lhes foi historicamente negado esse direito (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional[2] 9394/96).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um processo histórico relevante e de muitos desafios ao longo de sua história de constituição. Foi abarcada por projetos, oferecida através de programas governamentais e não governamentais, buscada por movimentos sociais e populares. Atualmente é uma modalidade de ensino prevista na legislação vigente e com diretrizes próprias, possibilitando o acesso da população que necessita de tal atendimento.

Para alunos e professores, a EJA é um desafio por ser uma modalidade de ensino complexa, diversificada e heterogênea, porém é necessária e indispensável para os que dela necessitam. Neste sentido, por entender a importância da EJA no contexto social e econômico brasileiro, este trabalho monográfico tem como objetivo refletir sobre as contribuições de Paulo Freire, através de suas obras, para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, importante no campo das pesquisas sociais para a obtenção de soluções para problemas coletivos e que segundo utiliza materiais escritos (MARCONI e LAKATOS, 2011). A referida pesquisa analisou obras de Paulo Freire e textos sobre o processo histórico de criação e consolidação da Educação de Jovens e Adultos através de Legislação específica, experiências exitosas de professores com EJA e a experiência do Professor Paulo Freire com seu método de alfabetização aplicado a jovens e adultos, suas experiências no Instituto Paulo Freire, leituras de artigos e outros trabalhos monográficos bem como livros de autores relacionados à Educação de Jovens e

[1] CF (BRASIL, 1998).
[2] LDBEN (BRASIL, 2013).

Adultos.

Considerando as temáticas abordadas acima, o presente trabalho está divido em cinco capítulos. O primeiro é a Introdução onde consta apresentação do trabalho, seus objetivos, procedimento metodológico e uma breve apresentação. O capítulo dois inicia-se a fundamentação teórica traçando os caminhos percorridos pela EJA, o amparo da Legislação bem como os Programas governamentais que visavam à erradicação do analfabetismo de jovens e adultos brasileiros.

O capítulo três faz uma provocação quanto à relação entre educação e conscientização como sendo o início de uma caminhada para a compreensão e efetivação do exercício da cidadania através do processo de educação popular. Já o capítulo quatro, evidencia a vida de Paulo Freire como um marco na educação brasileira e como um dos maiores educadores do século XX cuja dedicação à educação popular é claramente mostrada em sua história de vida, em suas obras e em seu método de alfabetização a jovens e adultos das classes populares.

O capítulo cinco se faz uma análise quanto as suas contribuições históricas para a Educação de Jovens e Adultos do Brasil. Na conclusão apresenta-se a resposta aos objetivos alcançados e ressalta-se que a pedagogia popular de Paulo Freire foi e é voltada para o processo de conscientização das camadas populares a fim de provocar o debate no meio dos movimentos sociais com o objetivo de conscientizar que a educação é transformadora.

2 NOS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Caminhos percorridos pela Educação de Jovens e Adultos no Brasil são marcados por momentos importantes ao longo da história do País. Dentre muitos, pode-se citar movimentos populares, conferências nacionais e internacionais, marcos legais com aprovações importantes de inclusão da EJA nos textos constitucionais, LDBEN 9394/96, Diretrizes Curriculares da EJA e Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos que se evadiram da escola ou que não tiveram acesso a esse programa na idade certa. Neste sentido, apresenta-se nesse capítulo o marco histórico e legal da EJA no Brasil.

2.1 Legislação da Educação de Jovens e Adultos

A Educação de Jovens e Adultos é instituída a partir da leitura do texto constitucional, mais precisamente no Art. 205 (CF) que diz que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família", sendo promovida e incentivada pela colaboração da sociedade, "visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A partir dessa prerrogativa, a EJA deve ampliar o campo de atuação, chegar aos cidadãos, garantir direitos. O texto constitucional em seu inciso I – garante igualdade de condições para o acesso e a permanência do indivíduo na escola. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9394/96 aponta três funções como responsabilidade da EJA: reparadora (restaurar o direito a uma escola de qualidade); equalizadora (restabelecer a trajetória escolar); e qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida). (BRASIL, 2013).

A LDBEN 9394/96 Art. 37 trata por inteiro da Educação de Jovens a Adultos. Neste texto, a EJA será destinada àqueles que

> [...] não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. No parágrafo primeiro, os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas às características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 2013, p. 40).

No parágrafo segundo, cabe ao Poder Público a viabilização e o estímulo quanto "ao acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Já no parágrafo terceiro, a EJA deverá articular-se,

preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento" (BRASIL, 2013, p. 42).

Com isso a EJA possui todo um amparo legal permitindo a população o direito de exigi-la nos termos da lei. Vale ressaltar, que para abrir as possibilidades de acesso e permanência, o Art. 38, garante que,

> Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 2013, p. 12).

Diante disso, por compreender que a EJA, a partir da LDBEN 9394/96 passa a ser uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio que usufrui de especificidade própria e que deveria ser tratado como parte do processo educacional obrigatório, o Conselho Nacional de Educação (CNE) através da Câmara de Educação Básica (CEB), emite o parecer 11/2000 que institui no âmbito nacional as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. (BRANDÃO, 2010).

A proposta para as Diretrizes Curriculares Nacionais da EJA configurou-se como um marco na educação brasileira, já que o país é surpreendido a cada dia com novas estatísticas no número de analfabetos. Para a institucionalização das diretrizes, houveram debates junto ao aos órgãos competentes, na solicitação de esclarecimento quanto à condução do Ensino Supletivo já que esse tipo de ensino era oferecido em sua maioria, por instituições privadas de ensino e este foi um momento, em que a educação pública encontrava-se diante do dilema entre os interesses pessoais e particulares. (BRASIL, 2013).

Assim, após os debates, ficam instituídas as Diretrizes da EJA aproveitando os Artigos da LDBEN 9394/96 e fazendo-se alterações para tornar o texto mais claro quanto a sua aplicabilidade.

2.2 O processo histórico da Educação de Jovens e Adultos

Nesse espaço será relatado um pouco da história educacional brasileira a partir dos marcos e tempos históricos. Em seguida, será apresentado o caminho percorrido pela EJA, da implementação aos Programas atuais de alfabetização de jovens e adultos e como modalidade do Ensino Fundamental.

Neste contexto histórico, o Conselho Nacional de Educação (CNE) no uso de suas atribuições legais e ciente da responsabilidade quanto à informação para toda a população brasileira das novas diretrizes para a EJA, encaminhou vários seminários em todo país voltados à ampliação do debate em torno dos desafios e perspectivas pertinente a essa modalidade.

Após estudar colegiadamente a matéria sobre a EJA, a Câmara de Educação Básica (CEB), passou a ouvir a comunidade educacional. Várias audiências públicas foram realizadas, a exemplo, em Fortaleza em 29 de fevereiro de 2000, Curitiba em 23 de março de 2000, Brasília em 04 de abril de 2000. A participação foi bem diversificada.

Aos referidos eventos compareceram representantes dos órgãos normativos e executivos dos sistemas, várias entidades educacionais e associações cientificas e profissionais da sociedade brasileira. Duas teleconferências foram realizadas para discutir a formação de professores para Jovens e Adultos promovidos pela Universidade de Brasília (UnB) e o Serviço Social da Indústria (SESI) com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a fim de discutir a instituição das Diretrizes da EJA e sua aplicabilidade. (BRASIL, 2013).

2.2.1 O ensino no Brasil colonial

É bastante difícil compreender os atuais problemas educacionais no Brasil, sem fazer um breve relato do contexto educacional brasileiro, suas dificuldades de implantação desde o período colonial já que ela era toda estruturada para atender as necessidades da metrópole e seu enriquecimento e atender ao processo econômico da colônia cuja economia até o século XVII firmava-se no extrativismo do pau Brasil e depois na posse de novas terras, sendo seguida pelo plantio da cana de açúcar.

Com as novas posses de terra, o enfoque da colonização se voltava para o povoamento e o cultivo das terras vindo para o Brasil membros da nobreza portuguesa dispostos a transformar a nova descoberta em uma empresa. Com essa demanda, a criação de escolas torna-se uma necessidade. Para tanto, como já ocorria em Portugal, a institucionalização do ensino ficou a cargo dos jesuítas, desobrigando assim a Coroa Portuguesa de custeá-lo. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

Quando os Jesuítas chegaram ao Brasil em 1949, fundou em São Vicente um seminário que se tornou modelo para o ensino médio por mais de duzentos anos. O ensino

médio, desde sua implantação configurou-se como elitista cuja metodologia valorizava a memorização e a disciplina, o estudo da humanidade em detrimento das ciências experimentais. Embora tendo como pressuposto, a formação de sacerdotes, apresentando-se como a única opção para a formação escolar da elite local, preparando-a para ingressar em universidades européias. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

No entanto, havia outro grupo a ser atendido: o constituído pelos nativos, negros e colonos pobres que até então nada ainda tinha sido pensado para atender esse grupo de pessoas que se constituía maioria em todo o território brasileiro iniciando-se um processo de dívida educacional para com o povo brasileiro.

2.2.2 O ensino no período imperial

Mesmo com a vinda da Família Real, o trabalho escravo garantia as atividades produtivas, da sociedade que se organizava para uma economia agrorural. Em 1822, com a independência, o país continuava sendo dominado pelo mesmo grupo, porém a divisão do ensino continuou se em três níveis: primário, secundário e superior.

O primário continuava sendo escola de primeiras letras. Este nível, porém passou a ter destaque em função do número expressivo de pessoas e da percepção de que, além do preparo para o secundário, havia a possibilidade, na época, do ingresso em cargos burocráticos de menor importância. (BARAGLIO, 2014).

O ensino secundário sofreu poucas alterações, continuou tendo a função de preparar a elite local, para o ingresso aos níveis superiores, atendendo às aspirações dos da classe dominante com a criação do curso de Direito em São Paulo e Olinda. (BARAGLIO, 2014).

D. Pedro I, em 1827 sancionou a lei que criou as escolas de “primeiras letras”, as chamadas pedagogias,único nível que as meninas tinham acesso, em todas as cidades mais populosas do Império. Determinava, também, a abrangência da educação feminina, que deveria se restringir a escrever, contar, bordar e costurar. Destaca-se que, esta foi a única lei geral, federal relativa ao ensino elementar até 1946. Às crianças negras, indígenas e mestiças eram negadas quaisquer formas de escolarização, e principalmente, sua presença não era permitida em escolas públicas. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

2.2.3 O ensino nos primeiros anos da república

O regime imperial foi marcado por modificações significativas na paisagem social brasileira: a classe média cresceu a e sua participação na vida pública, à urbanização e a libertação dos escravos. No entanto, a Constituição de 1891 efetivou a descentralização do ensino, proposta pelo Ato Adicional de 1834, reforçou a distância entre a educação para a classe dominante, efetivada nos níveis secundário e superior, e ao o povo, restritamente à educação primária e profissional. (BARAGLIO, 2014).

Neste contexto, mais uma vez, a criação de uma universidade brasileira foi adiada, sendo influenciada pelo positivismo que orientou a organização escolar. A Reforma Benjamin Constant, orientado expressa na Constituição, visava a liberdade de ensino, sua laicidade e gratuidade, bem como a educação de gênero. A escola primária organizou-se em duas categorias: primeiro grau para crianças de 7 a 13 anos e de segundo grau para as de 13 a 15 anos. O secundário passou a ter sete anos de duração. (BARAGLIO, 2014).

Uma das intenções da reforma era possibilitar que todos os níveis de ensino se ocupassem da formação, e não apenas de preparação dos alunos. A outra era estruturar a formação científica substituindo a tradição humanista clássica, que, há mais de 300 anos, vigorava no país. Nesse período o que ocorreu foi apenas um acréscimo das matérias científicas às tradicionais, sem se conseguir implantar um ensino secundário adequado. (BARAGLIO, 2014).

Neste período iniciou a implantação das escolas primárias estaduais. Em São Paulo muitas escolas primárias foram abertas e mereceu cuidados especiais a formação dos futuros docentes que contavam com escolas-modelos para sua futura prática, onde havia a possibilidade de se experimentar novas técnicas e métodos de ensino. No entanto, não havia escolas que formassem professores para o ensino secundário. Os outros Estados pobres em sua maioria, não conseguiram desenvolver qualquer sistema em educação. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

2.2.4 O ensino no período de 1930 a 1960

Em 1930, a revolução provocou um rearranjo nos blocos do poder, que refletia a crise em que mergulhara o modelo agroexportador. Em 400 anos de sua história, pela primeira vez, o Brasil passou a contar com o Ministério da Educação e Saúde Pública, que elaborou mais uma reforma educacional, sem, entretanto, modificar substancialmente o curso

primário, estruturou o secundário e as condições de ingressar neste nível de ensino, a partir da criação dos exames de admissão. (BARAGLIO, 2014).

Significativamente, estes exames exigiam conhecimentos que não eram repassados na escola primária, que ao mesmo tempo, contribuiu para resguardar, assegurar a função seletiva desenvolvida pelo ensino secundário e reforçar o reconhecimento da inutilidade da escola primária.

A Reforma de Francisco Campos, então ministro da educação, deu sequência a marginalização do ensino primário e pouca atenção à formação de professores, mas instituiu, para o secundário as disciplinas anuais com frequência obrigatória. Com duração de 08 anos, dividia-se em um curso fundamental de 06 anos e outro complementar com 02 anos de duração. (BARAGLIO, 2014).

Em 1932, um grupo de professores dirigiu à Nação o Manifesto dos Pioneiros, um documento com inovações pedagógicas cujo objetivo era o de renovar o sistema educacional brasileiro. Com essa ação, almejavam uma escola como um serviço essencialmente público, laico e gratuito, que garantisse a educação comum para todos. Colocava homens e mulheres como iguais frente às possibilidades de aprendizagem, às oportunidades sociais, objetivando, a abolição dos privilégios de gênero e classe.

A LDBEN, aprovada como lei de número 4.024/61 tendeu, no seu texto, a apoiar a vertente religiosa e, mantendo o que já existia no que dizia respeito à estrutura do ensino, ou seja, o ensino primário e o ginasial com pelo menos quatro anos. O ginasial subdividindo-se ainda, em comercial, industrial, agrícola e normal (formação de professores); o ensino colegial com três anos subdividido em comercial, industrial, agrícola e normal (especialização) e o superior. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

2.2.5 O ensino durante o regime militar

No golpe militar de 1964, o clima de terror instalado no país, logo atingiu a educação. Universidades foram invadidas, alunos e professores, presos, inviabilizando qualquer processo de reforma universitária. Também foram extintos ou paralisados programas e núcleos de educação popular, especialmente, os orientados para a alfabetização de jovens, adultos e muitos de seus membros foram considerados subversivos.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), foi criado, em 1967, sendo a educação “atrelada ao mercado de trabalho, incentivando a profissionalização na

escola média, a fim de conter as aspirações ao ensino superior cujo número de vagas era extremamente reduzido". (LIBÂNEO, 2012, p. 144).

A LDBEN 5.692/71 ampliou a escolaridade básica para oito anos, fundindo o ensino primário com o ginasial e tornou profissionalizante, obrigatoriamente, o ensino de secundário, agora denominado de segundo grau. Porém, "esta lei feria os interesses da elite que não tinha qualquer interesse na profissionalização de seus filhos, não teve, portanto o apoio dos industriais a quem tinha a intenção de beneficiar". (BELLO, 2014, p. 48).

Nove anos depois a lei acima citada foi revogada, o problema da escolarização superior resolvido, da pior forma possível, com a expansão significativa das faculdades particulares. Analisando-a, verifica-se que "essa lei tinha um caráter tecnicista, com destaque na quantidade e não na qualidade, nas técnicas pedagógicas em detrimento dos ideais pedagógicos, na submissão e não na autonomia". (BELLO, 2014, p. 48).

As escolas públicas tiveram um crescimento significativo em relação à quantidade, mas sem a ampliação dos recursos financeiros o que resultou na sua degradação. Com isso, a classe média, interessada num ensino de qualidade, abandonou o ensino público, gerando o incremento das empresas de ensino privado.

A ditadura militar esvaiu-se e iniciando o processo de redemocratização e reconquista dos espaços perdidos pela sociedade civil brasileira, somente no final dos anos 1970 e início da década de 1980. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

2.2.6 O ensino nos últimos vinte anos

A Constituição de 1988 introduziu mudanças essenciais no contexto educacional brasileiro, inclusive as contidas nos artigos 205 e 208, que atribuem o direito à educação como sendo de todos e atribuindo o dever de proporcioná-la, ao Estado e a família, através do acesso ao ensino obrigatório, gratuito e como direito público subjetivo.

O Plano Nacional de Educação, que em linhas gerais, tem definidos os objetivos: aumento do nível de escolaridade da população aponta a educação com qualidade, em todos os níveis de ensino, a redução das desigualdades sociais, regionais, nacionais, no que se refere ao acesso e a permanência na escola, além de democratizar o espaço escolar, sobretudo, com a participação de professores e da comunidade na elaboração e execução do projeto pedagógico da escola. (PORCARO, 2014).

Embora o regime militar tenha atribuído aos municípios a administração do ensino fundamental, não alocou os recursos técnicos e financeiros para sua concretização do mesmo. Apenas com a Constituição de 1988 é que o município passou a fazê-lo porque

> Essa iniciativa velava os interesses neoliberais de reduzir os gastos sociais do Estado, o que se tornou mais claro após a promulgação da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, que centralizou na instância federal as decisões sobre currículo e avaliação, e transferiu para a sociedade responsabilidades que seriam de sua exclusiva competência. Essa descentralização é um exemplo concreto de umapolítica que centralizava o poder e descentralizava as responsabilidades (LIBÂNEO, 2012, p. 162).

Observou-se que na elaboração da Constituição de 1988, repete-se, o embate entre os defensores do ensino público e do privado, agora com suas fileiras engrossadas pelos empresários da educação. O ensino público era considerado, pelos seus defensores, como ineficiente e fracassado, principalmente, diante da superioridade de suas instituições, mas, omitiam os benefícios obtidos do próprio governo, como imunidade fiscal, a garantia de pagamento das mensalidades e de bolsas de estudo e a falta de compromisso estatal, o que deteriorou a estrutura da escola pública e o salário dos professores. (PORCARO, 2014).

Neste contexto, a educação escolar passou a ser constituída em dois níveis: a educação básica que compreende: a educação infantil, o ensino fundamental, médio e a educação superior. E coube cidadania, para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores.

A educação infantil apresenta-se como uma novidade, é dever do Estado e tem que ser oferecida em creches, para crianças com até 03 anos e em pré-escolas para crianças de 04 a 06 anos. O nível fundamental e médio tem, em seus currículos uma base nacional comum e uma parte diversificada a fim de atender as características regionais. No que se refere ao ensino médio, cabe ressaltar que seus objetivos são ambiciosos, mas, distantes da realidade, do que é oferecido, exceto pelo seu eterno caráter propedêutico.

Nesse processo histórico, pela primeira vez a educação superior foi contemplada numa LDBEN, que definiu suas finalidades, objetivos e abrangência, porém, o Estado vem se descuidando deste nível de ensino, beneficiando, mais uma vez, os setores privados da educação. (TRINDADE e TRINDADE, 2014).

Além da organização do ensino no território brasileiro, houveram também as conferências em vários países, objetivando a qualidade do ensino. Como define Gadotti (2011), a I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos foi realizada na Dinamarca (1949), deliberando que a educação de adultos foi concebida como um tipo de educação moral.

Na II Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Montreal (1963), aparece dois enfoques distintos: a educação de adultos entendida como continuação da educação formal, como educação permanente, de base ou comunitária. Com a III Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, realizada em Tóquio (1972), a educação de adultos volta ser entendida como suplência da educação fundamental (escola formal). Já a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, na cidade de Paris, caracterizou-se pela pluralidade de conceitos.

A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien (Tailândia), em 1990, entendeu que a alfabetização de jovens e adultos seria uma primeira etapa da educação básica (GADOTTI, 2011, p. 42).

Segundo Gadotti (2011, p. 43),

> A história da educação de adultos propriamente dita, no Brasil, poderia ser dividida em três períodos: 1° De 1946 a 1958, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativas oficiais, chamadas de "cruzadas", sobretudo para "erradicar o analfabetismo", entendido como uma "chaga" uma doença como a malária; 2° De 1958 a 1964. Em que foi realizado o 2° Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire. Partiu daí a ideia de um programa permanente de um enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964, depois de um ano de funcionamento. A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada com as "reformas de base" defendidas pelo governo popular/populista de João Goulart. Os CPCs - Centros Populares de Cultura, extintos logo depois do golpe militar de 1964, e o MEB - Movimento de Educação de Base, apoiado pela igreja e cuja duração foi até 1969. 3° O governo militar insistia em campanhas como a "cruzada do ABC" - Ação Básica Cristã e posteriormente, com o MOBRAL.

A marca original da proposta de Paulo Freire era a ênfase no caráter político da alfabetização, a discussão sobre o lugar do homem e no mundo e seu diálogo com o outro; o reconhecimento do valor social do trabalho, da capacidade do homem para transformar a natureza.

Para Freire, as questões e problemas principais da educação não são questões pedagógicas, ao contrário, são questões políticas. A educação e os sistemas de ensino não modificam a sociedade, mas a sociedade pode mudar o sistema instrucional. Ele chama de revolução a consciente participação do povo. Logo, a pedagogia crítica, continuamente, contribui para revelar a ideologia esquecida na consciência das pessoas. Nesse sentido o sistema educacional pode ter um papel de destaque numa revolução cultural. (FREIRE, 2011).

3 O ANALFABETISMO E A EDUCAÇÃO POPULAR

Os jovens e adultos trabalhadores do Brasil lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego. etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. "O desemprego, os baixos salários e as péssimas condições de vida comprometem o processo de alfabetização de jovens e adultos. Não é de hoje que se sabe que o índice de analfabetismo no Brasil ainda é grande, tendo milhões de analfabetos acima dos 15 anos de idade". (GADOTTI, 2011, p. 38).

A insegurança, o preconceito e a insatisfação pessoal, causada pelos modelos de educação arcaicos, perturbam a capacidade criativa dos sujeitos, que muitas vezes, convencidos de que não adianta continuar na escola, se afastam da mesma, por pura ausência de motivação e por não acreditarem que são capazes de vencer. E ainda,

> O medo domina as sensações prazerosas do aprender, pois repetências anteriores, exposições diante dos colegas, humilhações dentro da sala de aula coíbem o sujeito, demonstrando que ele não é capaz. No Brasil, ainda existe a concepção de que os menos favorecidos não têm condições de aprender, devendo aceitar que são a mão de obra pesada e barata do país, estando às margens da nossa pirâmide social. (GADOTTI, 2011, p. 38).

Para mudar essa visão, a escola deve manter uma política educacional para atender a diversidade, valorizando as habilidades e potencialidades de cada um, através de planos de ação que, identificando os conhecimentos prévios, estimulando o entendimento de que cada um pode e deve colaborar com as experiências e crescimento do grupo. (PINTO, 2010).

Muitas crianças param de estudar visto que não recebem atenção necessária, são alvos de agressões, abusos sexuais ou têm que trabalhar para sustentar suas famílias, etc. Nesse sentido, a escola precisa repensar seus valores, buscando diminuir as diferenças entre professores e alunos, identificando porque uns aprendem e outros não.

> O analfabeto tem sido visto como uma pessoa desqualificada para o exercício da cidadania, como um mal a ser extirpado, sem que haja o reconhecimento da sua participação como pessoa constitutiva e construtora da nossa sociedade e produtora de conhecimento. (GADOTTI, 2011, p. 129).

Segundo o portal G1 Educação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) apontam que o Brasil aparece em 8° lugar entre os países com maior número de analfabetos adultos. E ainda, de acordo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desenvolvida em 2012 e divulgada em 2013 pelo

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que avaliou a situação de 150 países no que se refere a taxa de analfabetismo, no Brasil 8,7%, o que corresponde a 13,2 milhões de pessoas, com 15 anos ou mais, são de analfabetos. (G1 EDUCAÇÃO, 2014).

Nesse sentido ressalta-se que o Brasil chegou ao final do século XIX sem atender a escolarização regular da população infantil, jovem e adulta, que foi considerada de forma irregular e também deficiente. Segundo Carvalho (2010, p. 15) "[...] somente a partir do terceiro Censo Nacional, realizado em 1900, é que começou a calcular o índice de analfabetismo da população com mais de 15 anos, com a porcentagem de 65,3% de analfabetos nesta faixa etária".

Essa grande taxa de analfabetismo se deve aos fatores históricos do país. Isso se deve à ausência de políticas públicas para a maioria da população, que é mais pobre levando assim à marginalização de analfabetos e atribuindo à educação um privilégio para a elite.

Em análise a escola primária de meados do século XX, Anísio Teixeira constatou que o número de professores e escolas eram insuficientes, e o grande número de exigências dificultava a entrada de crianças pobres na escola, pois se exigia o uso de uniformes, livros, transportes, registro civil, vacinação regular. (PINTO, 2010).

Com isso, mantinham-se nas escolas apenas os filhos dos senhores e coronéis, inviabilizando a presença da população miserável. A educação era direito apenas dos dominantes e os dominados eram ouvintes sem direito a opinião tornando-se cada vez mais alienados. Segundo Buffa (2003),

> Os direitos do cidadão, tanto os chamados direitos humanos – à vida, à saúde, à educação, à moradia – quantos os direitos civis – liberdade, igualdade jurídica, justiça – (...) apesar disso, o Brasil, país capitalista, caracteriza–se por ser uma sociedade autoritária e hierarquizada em que os direitos dos homens e do cidadão simplesmente não existem. (BUFFA, 2003, p. 28).

Dessa forma, pode-se questionar: haverá crescimento social e econômico no Brasil se não se tem uma política educacional consistente? Mas o que é mesmo analfabetismo? O analfabetismo é expressão da pobreza, consequência inevitável de uma estrutura social injusta, espelho de uma sociedade capitalista dividida em duas classes a dominante e a dominada? É preciso repensar para mudar.

3.1 Os Programas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967, sob o controle dos militares. As ações de alfabetização

começaram a ter ênfase no fim dos anos de 1970, época em que os projetos foram implementados em grande escala. (PORCARO, 2014).

O objetivo do movimento era erradicar, num curto espaço de tempo, o analfabetismo no Brasil. Tinha forte influência do Método de Paulo Freire[3], pois utilizava para educar, a "palavra geradora", que consistia em palavras que os alunos pesquisavam. Havia uma diferença marcante no sentido que o Método de Paulo Freire utilizava palavras tiradas do cotidiano dos alunos e no MOBRAL, de acordo com Corrêa (apud BRASIL, 2014), as palavras eram definidas por tecnocratas que as escolhiam a partir de estudo das necessidades humanas básicas.

Segundo Jannuzzi (apud BRASIL, 2014), a documentação do MOBRAL conceituava educação como o processo que auxiliava o ser humano a desenvolver suas capacidades, sociais, de modo a favorecer o relacionamento com os outros e com o meio. Daí a possibilidade de adquirir condições de assumir sua responsabilidade como agente transformador e exigir a garantia do seu direito como beneficiário do desenvolvimento econômico, social e cultural. Para compreender o funcionamento e abrangência das ações referentes ao MOBRAL, descreve-se a seguir, os programas que compunham o movimento.

Programa de Alfabetização Funcional - O objetivo era fazer com que os alfabetizandos aprendessem técnicas de leitura, escrita e cálculo para que fosse enquadrados em seu meio social. O alfabetizando tinha que obter seis habilidades básicas: aprender a ler, escrever e contar; enriquecer o vocabulário; desenvolver o raciocínio; criar costumes em relação ao trabalho; incentivar a criatividade; obter um senso de responsabilidade. (BRASIL, 2014).

Programa de Educação Integrada - Implantado em 1971, foi o primeiro grande programa de desdobramento que ocorreu no MOBRAL. Tinha como finalidade propiciar a continuidade dos estudos que eram iniciados no Programa de Alfabetização Funcional. Entre 1972 e 1976 passou por um processo de expansão. O MOBRAL firmou convênios com as Secretarias de Educação onde o acompanhamento e a emissão dos certificados de conclusão ficava a cargo das secretarias. Em 1977 passou por um processo de revitalização, onde foram realizados estudos para implantação do Plano de Metas, onde o foco seria o acompanhamento nos municípios que tivessem um grande número de classes. Apresentava sete objetivos gerais e dois específicos. Os objetivos gerais se resumiam em que o alfabetizando tivesse mais autoconfiança e soubesse utilizar o conhecimento adquirido no cotidiano. Os objetivos

[3] O método será apresentado posteriormente, visto que seu estudo é um dos objetivos da presente pesquisa.

específicos visavam o ensino básico obtido nas primeiras séries do ensino básico (atualmente ensino fundamental). (BRASIL, 2014).

Programa MOBRAL Cultural - Criado em 1973 era uma continuação dos programas educacionais. Visava uma proposta de educação permanente com fins a reforçar a noção na área de alfabetização. Pretendia-se evitar que o analfabetismo voltasse, diminuindo a evasão dos alfabetizandos e as reprovações, e utilizar a comunidade como apoio para essa proposta. (BRASIL, 2014).

Programa de Profissionalização - Em 1973 o programa de profissionalização foi iniciado como uma forma de diversificação das atividades desenvolvidas pelo MOBRAL. Foi elaborado um convênio com o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) e com a Fundação Gaúcha do Trabalho, como forma de fornecer uma melhoria da condição socioeconômica para os alunos, que depois de alfabetizados, queriam continuar estudando, mas não podiam por precisar trabalhar. Tinha como Metodologia o Treinamento por Famílias ocupacionais cujas características, segundo Corrêa apud BRASIL eram: atendimento em larga escala; atendimento no nível de semiqualificação; mobilidade no mercado de trabalho; adequações à realidade da clientela do MOBRAL. (CORRÊA apud BRASIL, 2014).

Além do Mobral vários outros Programas de Educação de Jovens e Adultos foram instituídos no país. A seguir os programas que marcaram o processo histórico pelo grau de abrangência para o qual foram constituídos.

Quadro 1 – História de Campanhas, Planos e Programas da EJA

NOME DO PROGRAMA	SIGLA DO PROGRAMA	HISTÓRICO DO PROGRAMA
Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos	(CEAA)	Início: 1945, com a deposição de Getúlio Vargas, após 15 anos de ditadura militar, na campanha de Dutra como promessa de campanha a erradicação do analfabetismo. Em 1946 ele entregou a Lourenço Filho o Departamento Nacional de Educação. Para iniciar a grande renovação da educação de jovens e adultos em 1947, foi implantado a Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEAA), onde foram criadas mais de dez mil classes de alfabetização em todo o Brasil, distribuídas tanto nas capitais com no interior. Os objetivos sociais baseavam-se nos "princípios de previsão social, de manutenção e revigoramento da unidade nacional, de civismo e de solidariedade social". Explicou que as desigualdades de rendimento escolar são em parte devidas ás condições de funcionamento das escolas: os estudantes recebem recurso e material humano diferentes: os filhos dos trabalhadores têm os piores professores, o pior material didático, as piores instalações. Além disso, a cultura da escola concorda com a primeira socialização das crianças de classe dominante e das camadas médias e contradiz e desmoraliza a dos alunos de classe trabalhadora.

		A CEAA baseava em certos pressupostos equivocados, que por muito tempo, sustentaram as políticas públicas de combate ao analfabetismo. Em primeiro lugar, acreditava que o analfabetismo era improdutivo do ponto de vista econômico e constitui um peso morto para o progresso social. (...) consequentemente caberia à educação o papel de elemento preservador e homogeneizador da sociedade.
Campanha Nacional de Educação Rural	(CNER)	Lourenço Filho depressa constatou que a CEAA alcançava resultados positivos na cidade, mas não produzia efeitos satisfatórios nas localidades isoladas do interior. Assim em, 1948, desdobrou a campanha em duas criando a Campanha Nacional de educação Rural (CNER), inspirada numa experiência educacional mexicana denominada "missões rurais". A CNER pretendia ajudar indivíduos a ganhar consciência de seus deveres e direitos e a compreender e enfrentar, unidos, os problemas locais (nas esferas de produção, saúde, habitação, lazer educação, economia doméstica, etc.). São objetivos do CNER: pesquisar as condições socioeconômicas da vida no campo; preparar técnico em educação de bases; melhorar os padrões educacionais, sanitários, assistenciais, cívicos e morais da população. Com isso, os objetivos e os conteúdos da educação de bases eram muito amplos e dificilmente poderiam ser alcançados por meio de uma campanha de alfabetização. (...) os alfabetizadores das campanhas não tinham formação para o magistério, recebiam apenas um treinamento aligeirado, os espaços para realização das aulas eram improvisados, cedidos por igrejas, empresas e particulares, o tempo das aulas resumia-se em duas horas de aulas diárias, no período noturno, e o material didático era muito pobre.
Campanha Nacional de Erradicação ao Analfabetismo	CNEA	Com o governo de Juscelino Kubitschek entre 1956 a 1961, houve mudanças no programa de alfabetização, dessa vez Anísio Teixeira presidente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), após pesquisas mesmo deixando dúvida, criou a Campanha Nacional de Erradicação ao Analfabetismo - CNEA. A CNEA que representou uma nova tomada de posição em relação ao combate do analfabetismo: em primeiro lugar, não foi planejada como campanha de alfabetização de massa, mas sim como experiência educativa de âmbito limitado; em segundo lugar, estava centrada principalmente no aperfeiçoamento e na extensão da escolaridade primaria regular e apenas secundariamente na educação de bases para adolescentes e adultos jovens. Firmou que a criação do CNEA era resultado de um processo em busca de soluções iniciado em 1956, quando educadores e economistas ligados ao governo começaram a rejeitar o pressuposto segundo qual o desenvolvimento econômico traria como consequência o desenvolvimento dos níveis educacionais.
Movimento de Cultura Popular	MCP	No recife, nasceu o Movimento de Cultura Popular (MCP) que desenvolvia atividades escolas, centro de culturas e praças. O MCP valorizava a cultural e as várias expressões populares como, festas tradicionais, literatura de cordel, violeiros e cantadores. Esse movimento (MCP) teve a grande virtude de fincar as raízes da educação nos movimentos sociais e equacioná-lo a expressão da cultura.

De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)		O movimento De pé no chão também se aprende a ler, foi criado por Djalma Maranhão prefeito de Natal. Sem recursos financeiros para se construir prédios e escolas, criaram-se acampamentos escolares cobertos de palha de coqueiro sobre chão de barro batido, como as casas de pescadores da região. Em 1963, as três campanhas de alfabetização de adultos (CEAA, CNER, CNEA), que já não correspondiam a uma nova maneira de compreender o fenômeno do analfabetismo e as preocupações políticas do período, foram extintas.
Movimento de Educação de Bases	MEB	No período do governo de Jânio Quadros e João Goulart, no campo da educação o fato mais importante foi o Movimento de Educação de Bases (MEB), que não nasceu da iniciativa federal, mas sim da igreja católica. Os Movimentos de Cultura Popular eram urbanos, só o MEB atuava no meio rural. O MEB foi o único movimento que sobreviveu ao desmonte de 1964, por ser ligado à igreja. Em 1966, por falta de recursos os maiores sistemas encerram suas atividades.
Fundação Educar		No governo de José Sarney foi criado a Fundação Educar, diferente do Mobral passou a fazer parte do Ministério da Educação, e apenas supervisionava e acompanhava o trabalho desenvolvido por secretarias e instituições que recebiam recursos para a execução do programa.
Programa de Educação Solidaria	PAS	O Programa de Educação Solidaria (PAS), foi lançado em natal (RN[4]) em 1996, tendo como líder a professora Ruth Cardoso, esposa de Fernando Henrique Cardoso então presidente, o PAS destinava-se a jovens e adultos moradores dos municípios mais pobres. Uma das características desta campanha era o sistema de parceria ou congestão estado e sociedade civil. Os aspectos diferenciados do PAS, em relação às campanhas anteriores são vários. Em primeiro lugar, o fato de a responsabilidade não caber totalmente ao estado, mas ser dívida com empresas privadas, e ao mesmo com pessoas físicas, que contribuíam com doações. Lembra-se que a constituição de 1988 garante o direito à educação àqueles que a ela não tiveram acesso na idade própria (art. 208, I). A estratégia era lançar mão da solidariedade da população para alfabetizar os mais pobres e desresponsabilizar o Estado. Com **o** fim do governo FHC[5], o programa deixou de ser oficial e passou a ser gerido por uma associação comunitária assumida por Ruth Cardoso.

[4] Rio Grande do Norte
[5] Fernando Henrique Cardoso

Programa Brasil Alfabetizado	O Programa Brasil Alfabetizado, criado em 2003 pelo MEC[6] "era para promover o acesso à educação como um direito de todos em qualquer momento da vida". A proposta do governo Lula para educação de jovens e adultos está reunida na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), encarregada de estimular, orientar coordenar programas educacionais destinada a parcelas especificas da população, com Brasil Alfabetizado, Educação de Jovens e Adultos, Educação no Campo, Educação Escolar Indígena, ProEja e ProJovem. O lado positivo é que ele apresenta avanços em relação aos programas anteriores, prever mecanismo de controle social, a evolução do número de abrangência. O lado negativo seu lançamento fala de 20 milhões de analfabetos, sendo apenas 15 milhões, falta de estudo sobre mecanismo de atendimento e a inexistência de recursos para atingir a meta anunciada.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores a partir do capítulo um da obra de Carvalho (2010)

É inegável as críticas e falhas observadas na constituição desses programas governamentais, bem como sua falta de compromisso real para com a população brasileira. Nem de longe esses programas sanaram a dívida histórica que esse país tem para com a efetivação da educação, não só de jovens e adultos. (PINTO, 2010).

Configura-se então, imprescindivelmente, que na percepção do que é direito, a qualidade de vida e educação com qualidade social são responsabilidades individuais e sociais, que juntas promovem a inclusão social.

[6] Ministério da Educação

4 PAULO FREIRE: um marco na educação brasileira

O educador Paulo Freire nasceu no dia 19 de setembro, no ano de 1921, em Recife. Filho de Edeltrudes Neves Freire, Dona Tudinha, como a chamavam e de Joaquim Temístocles Freire que foi capitão da Polícia Militar de Pernambuco. Paulo Freire teve uma irmã, chamada Stela, e dois irmãos, Armando e Temístocles.

Figura 1 – Residência de Paulo Freire



Fonte: Google[7] (2014)

O quintal da casa, localizada na Estrada do Encantamento, 724, bairro Casa Amarela em Recife – PE[8], foi o local de alfabetização de Freire. Neste local, aprendeu a ler e escrever utilizando gravetos que encontrava no quintal de casa. Criado em um ambiente católico, sua mãe o ensinou a ler as palavras que o levariam a entender o mundo a sua volta.

Figura 2 – O Livro do Bêbê escrito pela mãe de Paulo Freire



Fonte: Google[9] (2014)

[7] Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/01_biografia_infancia.html>. Acesso em 11 jul. 2014.
[8] Pernambuco
[9] Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/biografia/01_biografia_infancia.html>. Acesso em 11 jul. 2014.

Dona Tudinha escreveu o Livro do Bêbê de Paulo Freire que revela fatos, casos e hábitos da infância do educador, desde o nascimento. No referido livro, iniciou-se a história de um dos educadores mais importantes do último século. A partir das experiências de infância, Paulo Freire criara um revolucionário método de alfabetização, proposto por ele no século XX, precisamente na década de 1960, que tinha na realidade do aluno o ponto de partida para a aprendizagem contínua.

A irmã Stela foi professora primária do Estado. Os irmãos Armando, funcionário público, abandonou os estudos aos 18 anos e Temístocles serviu ao Exército. Paulo Freire era muito agradecido aos irmãos, pois começaram a trabalhar muito jovens para ajudar a mantera casa e, possibilitar que o Paulo Freire continuasse os estudos.

A família de Freire fazia parte da classe média, mas ele vivenciou a pobreza, a fomee as dificuldades da depressão de 1929, uma experiência que o sensibilizou a se preocupar com os menos favorecidos e também o ajudaria a construir seu método de alfabetização revolucionário, pois embora tendo sido formado em Direito, descobriu-se como Educador, não um educador formal, mas um profissional que educa para a liberdade.

A primeira experiência profissional de Freire foi no Serviço Social da Indústria (SESI), onde experimentou o que nomeou de “uma educação social”, trabalhando nos “Círculos de Pais e Professores, com famílias operárias.

Paulo Freire tornou-se inspiração para professores no Brasil e no exterior, principlamente, pelo empenho em ensinar. O escritor, com seu talento, conquistou profissionais de educação, pesquisadores e militantes políticos, na maioria das vezes esquerdistas.

Freire já era conhecido em seu estado, quando colocou no plano nacional no II Congresso Brasileiro de Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro, em 1958, que o problema do analfabetismo no Nordeste era antes um problema social que educacional, no entanto Fávero e Brenner citando Freire, afirmava que “a miséria da população gerava o analfabetismo; ou se enfrenta a miséria da população ou não tinha sentido enfrentar o analfabetismo” (apud CARVALHO, 2010, p. 6).

No Recife, por volta de 1962 fez seu primeiro ensaio de alfabetização com um pequeno grupo de adultos no Centro Dona Olegarinha, experiência que pôs à prova suas ideias e consolidou algumas de suas certezas. Afirmava que o analfabeto adulto, embora sem instrução escolar, possuía um valioso legado de experiência e conhecimento, como participante do mundo do trabalho e da cultura. No entanto, oprimido pelas condições de vida

miserável, eram postos à margem da vida política, sem direito sequer ao voto (que lhe foi concedido apenas pela Constituição de 1988).

Depois de suas primeiras experiências, no Rio Grande do Norte, em 1963, quando ensinou, em 45 dias, 300 adultos a ler e a escrever, Paulo Freire desenvolveu um método inovador de alfabetização, adotado primeiramente em Pernambuco. Esse projeto educacional foi vinculado ao nacionalismo desenvolvimentista. Como um grande educador, Paulo Freire também é um grande escritor. Deixando seu legado escrito em livros, artigos e em parceria com escritores brasileiros e de vários paises. Freire ensina que o sofrimento serve para fazer valorizar as coisas boas da vida.

4.1 As concepções freirianas e o exercício da cidadania

No Movimento de Cultura Popular do Recife, iniciou-se duas instituições de educação e de cultura popular: o Círculo de Cultura e o Centro de Cultura, de acordo com as experiências pedagógicas de Paulo Freire.

No Círculo de Cultura, desenvolveram-se debates em grupo, com programação fornecida pelos próprios participantes, o que resultou em inúmeros problemas a serem debatidos como evolução política do Brasil, democracia dentre outros temas, os quais eram apresentados aos grupos em forma de diálogos com resultados satisfatórios.

O Centro de Cultura substitui o conceito escola. O coordenador de Debates fica em lugar de professor. O diálogo em lugar da aula discursiva. O aluno deixa de ser passivo e passa a ser o participante de grupo. Assim começa o entendimento de conscientização de sua própria realidade.

Freire rompe com a educação elitista, comprometendo-se com os mais humildes. Dá a sua contribuição para a formação de uma sociedade democrática e o desenvolvimento da consciência crítica através da consciência histórica mediante uma proposta educacional que parte da realidade do aluno. Daí surge os temas geradores, tirados da problematização do seu cotidiano. Os conteúdos são resultados da interação e diálogo entre os grupos.

A perspectiva do trabalho tem como meta a educação conscientizadora, ou seja, educar para a participação consciente da realidade do país. Em sua obra Pedagogia da Autonomia, Freire (2003, p. 11) diz: “não há doença sem discência”. O interesse central do autor são os saberes indispensáveis à prática docente progressista e crítica. Espera-se com isso, que o leitor absorva de forma crítica e curiosa os seus ensinamentos, percebendo o saber referente à natureza de cada prática.

Freire evidencia a necessidade da reflexão sobre a formação docente e à prática educativo-crítica, como destaca-se no exemplo de o ato cozinhar

> O ato de cozinhar, por exemplo, supõe alguns saberes concernentes ao uso do fogão, como acendê-lo, como equilibrar para menos, a chama como lidar com certos riscos mesmo remotos de incêndio, como harmonizar os diferentes temperos numa síntese gostosa e atraente. A prática de cozinhar vai preparando o novato, ratificando alguns daqueles saberes, retificando outros, e vai possibilitando que ele vire cozinheiro. (FREIRE, 2003, p. 21-22).

Entende-se que as reflexões sobre a teoria e a prática são necessárias. Ambas andam juntas uma completa a outra, separadas, não haverá êxito. O professor com a prática vai aprendendo como lidar com as adversidades, como harmonizar e conscientizar sobre os diferentes problemas surgidos dentro e fora da sala de aula, transformando assim a sua difícil tarefa em um trabalho prazeroso. O professor vai lapidando as suas dificuldades e transformando-se em um profissional competente.

É indispensável que o professor tenha consciência que ensinar não é transmitir conteúdo nem conhecimento e sim criar possibilidade para construção de conhecimentos. Ensinar é ação, quanto mais se ensina mais se aprende, mais se constrói e esse conhecimento leva a não aceitar o "ensino bancário", onde o aluno recebe os conteúdos como depósitos. (FREIRE, 2011).

O professor democrático reforça a capacidade crítica do aluno com métodos adequados. Quando existe uma aprendizagem de verdade os alunos se transformam em sujeitos de construção juntos com o professor que trabalha os conteúdos corretamente e não que defenda a pedagogia da autonomia e em outro momento seja contra. (ALVARES, 2010).

O professor tem que ser fiel aos seus propósitos, sobretudo porque na formação de professores o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática, sobre que deve ser concreta, pois é na prática de determinadas decisões que a assunção se concretiza materialmente. O fundamental nesta prática é o emocional. Exemplo:

> Além do conhecimento que tenho do mal que o fumo me faz, tenho agora, na assunção que dele faço, legítima raiva do fumo". E tenho também a alegria de ter tido a raiva que, no fundo, ajudou que eu continuasse no mundo por mais tempo. Está errada a educação que não reconhece na justa raiva, na raiva que protesta contra as injustiças, contra a deslealdade, contra o desamor, com a exploração e a violência um papel altamente formador. (FREIRE, 2003, p. 40).

Compreende-se que além do conhecimento, de algo que faz mal, deve-se tornar decisões e evitar o pior. É na prática que assunção se concretiza materialmente. Daí surge o emocional trabalhando a raiva e a alegria. A raiva contra o que é ruim destruidor. A alegria pela coragem de ultrapassar barreiras e atingir os objetivos traçados. (ALVARES, 2010).

Nesse sentido, destaca-se a possibilidade do aluno aprender com a experiência de assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante realizador de sonhos capaz de ter raiva e de amar. A assunção de cada um é assumir a realidade do seu eu e não a exclusão dos outros, principalmente porque cidadão é "pessoa que faz parte da comunidade de um estado e que tem direitos e deveres civis e políticos" e cidadania "condição e direito de cidadão" (MATSUI et al., 2009, p. 173).

Neste sentido, Freire possibilita em sua proposta metodológica uma aprendizagem libertadora, não fragmentada, pois promove a valorização da cultura e a harmonização visto que os conteúdos programados são resultados do diálogo de acordo com o contexto social do aluno a fim de preservar seu contexto cultural.

4.2 As obras Freirianas

Freire não parou de fazer história e ao longo de sua vida foi feito por ela. Suas proposições têm sido recriadas, conforme o cotidiano, o imaginário, os interesses, valores, as condições de vida de seus praticantes, sejam alunos ou professores. Para refletir sobre as contribuições das obras de Paulo Freire destaca-se as seguintes:

Política e Educação - divido em onze capítulos, que trazem de forma clara e sintética ideias sobre, educação permanente e cidades educativas, educação de adultos, anotações sobre unidade na diversidade, educação e qualidade, alfabetização como elemento na formação da cidadania, do direito de criticar e do dever de não mentir ao criticar, educação e participação comunitária, ninguém nasce feito é experimentando o mundo que se faz educação com responsabilidade, a escola pública e educação popular e reflexões acerca das tarefas da Universidade Católica. Os textos deste livro foram escritos no decorrer de 1992, e discutido tanto no Brasil como no mundo.

A importância do ato de ler – leitura obrigatória para estudiosos da área esse livro está dividido em três artigos e foca de forma urgente questões sobre a leitura e a escrita que exclui dois terços da população trazendo uma visão enfática sob o ângulo da luta política a que a compreensão cientifica do problema traz sua colaboração. No artigo inicial, A Importância do Ato de Ler, o autor destaca que a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto, e faz uma descrição da sua própria alfabetização que ocorreu no quintal de sua casa em Recife. O segundo artigo Alfabetização de adultos e bibliotecas populares, fala do problema da leitura e da escrita, não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias, mas da leitura com

compreensão crítica da alfabetização. No terceiro artigo, O povo diz a sua palavra ou a alfabetização em São Tomé e Príncipe, o autor descreve a alfabetização de adultos na República Democrática de São Tomé e Príncipe, e conclui que a alfabetização de adultos a serviço da reconstrução nacional contribui para que o povo, tomando mais e mais a sua história nas mãos, se refaça na feitura da história, pois, fazer história é estar presente nela, a partir daí o povo passa a perceber com lucidez o contexto social, cultural e econômico. (2006).

Educação e Mudança – é um livro que traz consigo quatro capítulos, esta obra em português se dá no momento em que o professor brasileiro retorna de quinze anos de exílio ao Brasil. O exílio não marcou de forma alguma, o seu pensamento de mágoa ou de nostalgia doentia, suas teorias e prática estão carregadas de otimismo, esperança e criticidade. Em seu capítulo inicial, o autor como profissional com a sociedade, diz que o compromisso nos coloca alguns pontos que devem ser analisados, porém esta seria apenas uma palavra oca, uma abstração, se não houver decisão lúcida e profunda de quem assume. No segundo capítulo, a educação e o processo de mudança social, o autor ressalta que não é possível fazer reflexão sobre o que é educação sem pensar no próprio homem. (Saber-ignorância, amor-desamor, esperança-desesperança). O terceiro capítulo, o papel do trabalhador social no processo de mudança, mostra a principal vantagem desse procedimento na frase proposta que se revela diante de nós em um sentido profundo. O último capítulo, trata da alfabetização de adultos e conscientização, diz que não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. A educação traz para a sociedade instrumentação para preparação de quadros técnicos para atender o desenvolvimento de uma área, e mais do que isso, vocação ontológica e não objeto. (2002a).

Educação e Atualidade Brasileira – esta obra de Freire destaca que um dos grandes problemas da educação atual é realmente mudar e vencer o autoritarismo. No primeiro capítulo, ele diz que não há atualidade nacional, o que persiste é uma série de marcas do ontem, manifestada no comportamento social, que de acordo com o conhecimento crítico esse fato leva a comportamento contraditório na vida pública. No capítulo seguinte, o autor demonstra a necessidade inadiável que tem o processo educativo, de estabelecer relações de organicidade com a atualidade, para que possa assumir o papel instrumental, o da preparação técnica, e o da criação de disposição mental democrática e crítica. No último capítulo ele comenta que a inadequacidade com o clima cultural que vem se alongando tornou-se um problema, é uma educação fora do tempo. Desta forma, há necessidade, não apenas de uma revisão de todo o processo educativo no Brasil, mas, também, de planejamento que vise situar

todas as agências sociais, assim como empresas, que agregam homens em torno do trabalho. (2002b).

Pedagogia do oprimido – verifica-se o resultado de observações feitas em cinco anos de exílio, e o que se destaca é o papel da conscientização, que na aplicação de uma educação libertadora perde-se o medo da liberdade. A pedagogia do oprimido se justifica pela desumanização dentro da história, num contexto real, a desumanização, não é apenas ter a humanidade roubada é a distorção da vocação. A luta pela desumanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, constrói uma sociedade sem a violência dos opressores, daí a grande tarefa de se fazer uma educação humanista, o autor também aborda a educação como um ato de "usar" os alunos como depositários alienados, defende a essência do diálogo como prática da liberdade em busca da ação e da reflexão, de tal forma solidária, destacando que o diálogo é o encontro dos homens, midiatizado pelo mundo, não se esgotando no tu e no eu. No texto ainda é abordado a teoria da ação antidialógica, afirmando que os homens são seres da prática, que agem ao contrário dos animais, não imergem no mundo, admiram-no. (1997).

Pedagogia da Autonomia – o livro tem três capítulos, esta obra discute de forma atualizada, corajosa, criativa, provocativa e esperançosa questões que no dia a dia do fazer educacional continuam a instigar o conflito e o debate entre professores dentro e fora da sala de aula, da educação fundamental à graduação. O primeiro capítulo Não há docência sem discência, faz uma crítica sobre a prática que é uma exigência da relação Teoria / Prática e do educador bancário que pode ser um educador problematizador, pesquisador, ético, inovador e que rejeite qualquer tipo de discriminação. O segundo capítulo, Ensinar não é transferir conhecimento, deixa algumas considerações ou reflexões apontando como necessário a formação docente, numa perspectiva progressista, sabendo-se que o ensinar exige bom senso, humildade, esperança, alegria e curiosidade. O último capítulo, Ensinar é uma especificidade humana, destaca que ensinar exige segurança, competência, compromisso e profissionalismo. (2003).

Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra - Nesta obra Freire e Macedo desenvolvem um diálogo acerca da Alfabetização, onde a princípio Macedo enfatiza que a alfabetização emancipadora tem duas dimensões: os alunos devem alfabetizar-se quanto à sua própria história e experiências culturais de seus meios, devem também se apropriar dos códigos e culturas das esferas dominantes, de modo que transcenda seu ambiente. Freire diz que a consciência é gerada na prática social de que se participa, pois, são perguntas que indagam sobre como lidar com a dimensão social e individual. Tecem comentários sobre o

analfabetismo da alfabetização dos Estados Unidos, onde eles comentam que apesar de ser um país desenvolvido possui um alto de índice de analfabetos ou analfabetos funcionais. Na alfabetização e pedagogia critica ressaltam a questão da utilização da língua nativa na alfabetização como pré-requisito da apropriação da cultura e da própria história. Repensando a pedagogia critica Freire e Macedo debatem sobre a educação de adultos e em especial a alfabetização dos oprimidos. (1990).

Fazer Escola Conhecendo a Vida – Essa obra relata o cotidiano das comunidades faveladas, barreiras que impedem o cidadão de ser alguém em coletividade com os demais, ressalta os olhares discriminatórios da sociedade por vê-las como marginais, as precárias condições de vida, a pobreza que os leva a evasão escolar, e a falta de saneamento básico, aborda um pouco a importância da representatividade política, o voto como forma de ligação entre as comunidades e o poder público, as precárias condições de vida, a difícil tarefa de manter viva suas tradições e seus costumes, a dificuldade de acesso à educação, e de manter vivo o sonho de uma educação de qualidade. Todos esses requisitos deixam as sociedades faveladas desmotivadas, perdendo sua identidade de vida e o sonho por uma sociedade mais justa onde todos serão iguais, sem distinção de cor, raça, etnia e condições sociais. (1996).

A Educação na Cidade – A obra ressalta os dois anos e meio de Paulo Freire como secretário de educação de São Paulo, suas experiências e modelo de educação implantado por ele, na administração de Luiza Erundina, eleita pelo partido dos trabalhadores (PT). Na ocasião Freire era a melhor opção para assumir o cargo, como um dos fundadores do partido e membro da comissão de educação. O autor enfatiza os déficits da educação brasileira, com metas a serem batidas. Abordou sobre temas geradores voltados para educação de Jovens e Adultos, erradicação do analfabetismo, a Escola Nova e Projetos Políticos Pedagógicos com mudanças fundamentais na estrutura da educação de São Paulo, suas tendências e a participação de outros autores na transição política administrativa durante o século XX. (2005).

Educação como Prática da Liberdade – No primeiro capítulo dessa obra o autor aborda as políticas educacionais voltadas para toda massa populacional, com uma visão libertadora crítica e participativa, com objetivos comuns, de uma sociedade democrática, o autor define o professor como um ser participante no processo de formação do conhecimento, numa perspectiva de liberdade, em outros momentos ele esclarece a importância da escola para a formação da sociedade humana, onde cada indivíduo é responsável pela construção de seu conhecimento, e a relação comunidade escola como prática da liberdade para uma

sociedade mais justa e menos prepotente. Em seguida a inexperiência de se viver em um mundo fechado com uma educação pautada em acordos políticos, aborda as relações que o homem trava entre mundo externo e interno, homem a homem e mundo a mundo em busca de melhores condições de vida. (2009).

A partir da leitura das obras descritas acima, pode se constatar que para Freire a educação, na sua visão mais ampla, deve possibilitar a leitura crítica do mundo e que "a alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler" (FREIRE, 2002a, p. 72).

5 AS CONTRIBUIÇÕES DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Para o educador Paulo Freire, a educação na concepção da palavra,

> [...] só poderia ser possível com uma profunda mudança da sociedade, da política, da ética, do cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. Essa nova educação não aceita a constante exploração dos oprimidos. Seria uma educação para a autonomia e para a capacidade de dirigir, para formar cidadãos plenos, enfim, uma educação cidadã. (FREIRE, 2003, p. 15).

Com essas concepções Freire foi um incentivador de programas para a educação de jovens e adultos, defendendo as implicações políticas excedessem as metodologias de instrução formal. “Esses programas são mais ligados às necessidades da comunidade e mais sensíveis às suas pressões do que a instrução formal”. (FREIRE, 1997, p. 42). Neste sentido, esta “educação popular” segundo Freire, deve ser entendida como educação desenvolvida mais pelo o oprimido do que para o oprimido (FREIRE, 1997).

O autor era aberto a debates e reuniões e tinha como uma de suas virtudes era ouvir críticas e, principalmente, autocriticar-se permanentemente. Com isso modificava, revia e alterava conceitos. Como ele mesmo dizia: “cada vez mais incerto de suas certezas”. “O tratamento dado à conscientização evidencia tal atenção às criticas sérias”. (FREIRE, 1997, p. 46). Era um homem que tinha constantemente a capacidade de progressão, defensor do processo de conhecimento crítico, consciente de sua incompletude.

A perspectiva é reconhecer os analfabetos como portadores e produtores de cultura, o que se contrapõe contundentemente, às representações até então preponderantes e, fortemente marcadas pelo preconceito. No que tange a essa questão, Paiva (1987), desenvolve considerações a respeito desse preconceito, difundido pela Cruzada Nacional de Educação:

> Por exemplo, a cruzada só na década de 50 (após mais de 25 anos de atividade) reconhece publicamente o “perigo dos semiletrados”. Sua larga sobrevivência em torno de uma concepção “filantrópica” e “humanitarista” da educação, apoiada numa visão deformada da realidade social, na qual a educação aparece como causa de todos os problemas, demonstra o quanto suas posições teóricas encontravam eco nos setores que a promoviam e o quanto estava difundido (e as campanhas ajudaram a fortalecer) o preconceito contra o analfabeto. (PAIVA, 1987, p. 121).

Em consonância com as reflexões apresentadas por Freire, observa-se que há ênfase no que se refere à preocupação em relação a uma aprendizagem significativa em toda sua discussão, principalmente, no que diz respeito à escolarização de jovens e adultos. O autor destaca a importância de se associar a aprendizagem da leitura e da escrita, à revisão nos

modos de conceber o mundo, as disposições dos jovens e adultos, principalmente, para tomar nas mãos o próprio destino.

Por conseguinte pode-se dizer que para o educador em estudo,

> O mundo se apresenta ao mesmo tempo como inacabado e injusto, considerando a relevância dessas perspectivas, vivendo-se a educação como instrumento de mudança social, visando sempre à libertação, à transformação radical da realidade, para torná-la mais humana, permitindo assim que homens e mulheres sejam vistos e reconhecidos como sujeitos de sua história e não como meros objetos. (FREIRE, 2002, p. 75).

Em virtude dessas concepções, ressalta-se que a filosofia educacional de Freire se fundamenta em dois elementos básicos: a conscientização e o diálogo. Na concepção do autor é "a leitura de mundo que precede sempre a leitura da palavra" (FREIRE, 2002, p. 90).

E o professor deve conduzir o processo de formação de leitores, considerando o contexto histórico e social, o espaço, as histórias de vida do aluno, tendo um ponto de partida e ponto de chegada a aprendizagem, é preciso valorizar o saber de todos, visto que conhecimento que o aluno já tem, não pode ser negado.

Desse modo, a alfabetização deveria ser um instrumento para que os indivíduos analfabetos ganhassem consciências de seus direitos políticos, sociais e econômicos. "A educação é um ato político, que pode contribuir para a transformação social e a libertação dos oprimidos" (FREIRE, 2011, p. 29-61). E ainda,

> A educação, portanto, deve implicar na denúncia da realidade, deve almejar uma sociedade digna e produtiva, construindo uma nova realidade, que deve ser a utópica, visto que "A utopia estimula a busca e, ao se denunciar certa realidade, ao mesmo tempo se estará buscando outra. Nosso desafio é organizar o procedimento utópico sem sufocar a capacidade utópica". (FREIRE, 2002, p. 43, grifo do autor).

Como já aludido anteriormente, para Paulo Freire a educação teria o papel de libertar os sujeitos de uma consciência ingênua, herança da sociedade que se constituiu repressora, oligárquica e agrária, transformando-a em consciência crítica. Em relação ao papel da educação na sociedade Freire (2003), aponta que se deve valorizar o analfabeto, como alguém que pode produzir conhecimentos. Assim, a educação deveria ter um caráter dialógico e não resumir-se a uma relação cliente – banco. Segundo o próprio Freire (2003):

> A educação passa a ter sentido ao ser humano porque o seu existir se caracteriza como possibilidade histórica de mudanças. "Somos ou nos tornamos educáveis porque, ao lado da constatação de experiências negadoras da liberdade, verificamos também ser possível a luta pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio". (FREIRE, 2003, p. 121, grifo do autor).

Freire pretendia que a educação libertasse os oprimidos da condição de pobreza e inferioridade em que viviam. A educação libertadora de Freire se opunha ao conceito, também proposto por ele de "educação bancaria", aquela que julga possível e suficiente "depositar" conhecimento na cabeça do educando como quem deposita dinheiro no banco. (FREIRE, 1997).

No legado de Freire, os profissionais de educação podem refletir sobreo contexto educacional, observando a gênese do analfabetismo, a partir do seguinte questionamento: O que acontece com os que não aprenderam a ler na infância? Eventualmente sente falta da leitura e procuram classe de alfabetização de adultos, mas nem sempre se encontra compreensão de seus pontos de vista e a resposta a suas necessidades educacionais.

Freire argumentava que métodos tradicionais, velhas cartilhas, cujas lições repetiam que "Ivo viu a uva", não tinha nada a ver com o universo dos adultos. Em lugar do ba-be-bi-bo-bu, o que deveria ser a leitura das classes de alfabetização? Freire (2006, p. 20) responde:

> [...] as palavras com que organizam o programa de alfabetização deveriam vir do universo vocabular dos grupos populares, expressando sua real linguagem, os seus anseios, as suas inquietações, a suas reivindicações, os seus sonhos. Deveriam vir carregadas de significações de sua experiência existencial, e não da experiência do educador.

Sobre o lugar do alfabetizando no processo de alfabetização, diz ele:

> Inicialmente me parece interessante reafirmar que sempre vi a alfabetização de adultos como um ato político e um ato de conhecimento, por isso mesmo como um ato criador. Para mim seria possível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-be-bi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das silabas ou das letras. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo de alfabetização tem, no alfabetizando, o sujeito (FREIRE, 2006, p. 20).

Em Angicos, município pobre e árido do Rio Grande do Norte, Freire fez uma experiência de alfabetização mais ampla, que despertou a atenção nacional ao demonstrar que adultos podiam aprender os rudimentos da leitura em 40 horas. A grande inovação metodológica foi propor que a aprendizagem começasse pela discussão de temas geradores de caráter político social, ilustrados com slides representativos desses temas.

Em lugar de cartilhas, com suas Evas, Ivos e Uvas, foram usadas palavras significativas, extraídas do universo vocabular dos habitantes de Angicos, pesquisado por alunos que participavam da experiência. Essas palavras-chave eram então desmembradas em sílabas e davam origem às famílias silábicas, das combinações de sílabas, surgiam novas palavras.

Freire criou a expressão Círculo de Cultura para designar ao mesmo tempo o lugar onde se dava a alfabetização de adultos e o novo modo de conduzi-la. Em lugar de professor, um animador cultural, quase sempre um jovem secundarista ou universitário, a quem competia coordenar, jamais influir ou impor. Por meio da imagem e da palavra do animador cultural, abriam-se a discussão no Círculo de Cultura, começando por discutir o que existe no mundo da natureza e o que é criado pelo homem no mundo da cultura.

Em sua obra Pedagogia do Oprimido, Freire (1997) destaca a revolução cultural. Mas o que pode ser feito antes da revolução? A proposta é distinguir "ação cultural" e "revolução cultural". A ação cultural é oposição à elite que controla o poder e a revolução cultural ocorre em completa harmonia com o regime revolucionário.

A proposta de Freire é a noção de consciência crítica como conhecimento e prática de classe. É a pedagogia da consciência. O autor enfatiza um aspecto fundamental no processo de organização política das classes sociais subordinadas: os elos entre a liderança revolucionária e as práticas das massas.

A palavra conscientização, ou seja, consciência crítica adquire força nos programas político-culturais e Freire (1997), alertando contra a obsessão do uso dessa palavra como emblema nos programas conservadores onde os princípios educacionais estavam mais próximos da educação bancária do que da educação problematizadora ou da ação cultural para a liberdade. Assim, Freire define pedagogia como uma ação cultural, diferenciando duas ações culturais centrais: educação bancária e educação problematizadora.

A proposta de Paulo Freire, em termos educacionais, é uma proposta antiautoritária, onde professores e alunos ensinam e aprendem juntos, engajados num diálogo permanente. Esse processo não deve estar presente apenas na sala de aula, mas em um círculo cultural constante.

Segundo o discurso do autor, referente à prática educativo-crítica: *"*A reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo" e "[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção." (FREIRE, 1997, p. 58).

Para Freire, ao ensinar também se aprende, havendo uma transferência de conhecimento entre educador e educando. Em sua obra Pedagogia da Autonomia, Freire critica o ensino "bancário", pois acha que a criatividade do aluno e professor são deformadas. Defende que o professor deve não apenas transmitir conteúdos, mas também ensinar a "pensar certo", a criticar o que lê, a pesquisar, a ser curioso e acima de tudo, respeitar os saberes do aluno.

Segundo ele todo educador deve acreditar que é possível ocorrer mudanças. Todos devem participar da história, da cultura e da política. Ninguém deve ficar neutro, estudar por estudar. Todos devem fazer perguntas, não podemos ficar alheios. "Ser rebeldes e não resignados".

> É a partir deste saber fundamental: mudar é difícil mas é possível, que vamos programar nossa ação político-pedagógica, não importa se o projeto com o qual nos comprometemos é de alfabetização de adultos ou de crianças, se de ação sanitária, se evangelização, se de formação de mão de obra técnica. (FREIRE, 1997, p. 71).

No início de seus trabalhos Freire, como ele mesmo declara, "não enxergava" uma relação entre educação e política, somente depois descobriu aspectos políticos na educação. Daí a relação educação-política passa a sofrer substanciais mudanças no transcorrer de seu discurso. (FREIRE, 2011).

5.1 Experiências na Educação de Jovens e Adultos e as concepções de Freire

A EJA é uma dívida na história política do Brasil visto que a educação burguesa foi dominante até pouco tempo. No entanto, destaca-se que ao longo da história a EJA tem-se acumulado grandes experiências que mudaram a vida de brasileiros. Freire entendia que para o desenvolvimento industrial e a reorganização do processo do trabalho, se fazia necessário, uma mão de obra qualificada iniciando a partir daí uma mudança de postura no interesse da elite em relação à formação da classe operária, mas para o educador, a formação crítica desses cidadãos era indispensável.

Dentre muitas experiências podem-se relatar as citadas por Carvalho (2010), pois demonstram força de vontade e esperança:

> O estudante Joaquim Roberto de Oliveira Ramos, cursava história na UFRJ[10]. Trabalhava em tempo parcial como estagiário da Light e enfrentava grandes dificuldades financeiras e falta de tempo para conciliar estudo e trabalho. Decidiu ingressar no programa de alfabetização da Maré. Apesar das dificuldades, da não experiência como professor, aplicou a metodologia de Paulo Freire relacionada à educação popular para ajudar aquela população de analfabetos a ver a vida com mais clareza e de forma mais cidadã. (CARVALHO, 2010, p. 69).

Freire (2002) enfatiza ainda, que tanto o aluno quanto o professor devem ser pesquisadores críticos. Seu convite ao alfabetizando adulto é, inicialmente, para que ele se veja enquanto homem ou mulher vivendo e produzindo na comunidade ao qual faz parte. Para o autor o aluno deve sair da apatia, do conformismo e desafia-o a compreender-se como

[10] Universidade Federal do Rio de Janeiro

"fazedor de cultura". A compreensão de Freire ainda é inovadora, e uma das problemáticas da educação brasileira, o analfabetismo, é produto de estruturas sociais desiguais é efeito e não causa da pobreza.

> Fabiano Soares da Silva, estudante de filosofia e poeta, antes de ingressar no programa de Alfabetização da UFRJ, trabalhou como garçom para sustentar os estudos. Sua trajetória de vida é marcada pela politização e dedicação à educação popular, mesmo depois de concluir seu curso na UFRJ, continuou a trabalhar com a educação de jovens e adultos em Macaé – RJ[11]. Destacou-se por trabalhar as variações dialetais, por ter alunos de vários estados, e da sua amorosidade na relação pedagógica inspirado em Paulo Freire que diz que a educação é um ato de amor. (CARVALHO, 2010, p. 89).

> A aluna de licenciatura em ciências sociais, Beatriz Arosa de Mattos morava com a família em um bairro de classe média, em 2005 iniciou na docência como alfabetizadora em escola de anos iniciais, em 2006 deixou de ser alfabetizadora e passou a ser supervisora pedagógica dos alfabetizadores. Sua preocupação era de observar os alunos para compreendê-los e conhecê-los. Segundo Beatriz, seu objetivo na Maré era mais do que o de conscientizar, mas de incentivá-los a pensar em si mesmos e sobre o mundo, encontrando suas respostas. (CARVALHO, 2010, p. 107).

Percebe-se que cada um é sujeito da sua própria assunção que se refere ao conhecimento cabal de um determinado acontecimento e de sua consequência. Uma das tarefas da prática educativo – crítica é oportunizar as condições de relações interpessoal dos alunos entre si e com o professor. (FREIRE, 2011).

> Estudante de ciências sociais, Shirléia Leandro da Silva estudava na UFRJ e ingressou no programa de alfabetização, antes trabalhava como operadora de telemarketing, e foi funcionária de empresa de ônibus, além de uma rápida experiência em escolas privadas. Como sempre viveu em bairros populares. Suas experiências de vida ajudaram a ter grande empatia pelos moradores da Maré, nesse período Shirléia descobriu coisas novas ao penetrar num local cercado de má fama, como a realidade dos moradores que segundo ela, há espaços liberados e territórios interditados, onde só circulam pessoas autorizadas pelas facções criminosas. Os moradores já conhecem esses códigos e tiveram que aprender, diante da situação descrita Shirléia começou a mostrar um outro horizonte para os moradores da favela. Levou-os ao cinema e teatros, para eles eram coisas que nem existiam, isso só foi possível porque a educadora tem uma marca importante de sua personalidade, está na sua afetividade, associada ao desejo constante de ajudar os alunos. (CARVALHO, 2010, p. 121).

Na experiência descrita acima verifica-se que partir das vivências, dos exemplos, do significado, sentimentos, valores e atitudes o homem compreende a realidade em que se encontra, podendo intervir e se reconstruir. Neste sentido, Freire em seu livro: "Educação como Prática de Liberdade", escrito depois da queda do Governo Goulart, nos intervalos das prisões e concluído no exílio, em 1965 publicado só em 1967, aproveitou as possibilidades institucionais aberta à mobilização com uma pedagogia de liberdade, que alcançasse a

[11] Rio de Janeiro

efetividades e eficácia na medida da participação dos alunos, para se conscientizarem politicamente.

As contribuições no campo da educação popular para a alfabetização e a conscientização política de Jovens e adultos da classe de operários foram imprescindíveis para o avanço da EJA no Brasil. A partir dessas experiências, percebe-se em cada relato a esperança oferecida para alunos através da educação, os moradores de favelas sem nenhuma perspectiva de mudança de vida, principalmente porque a educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexões que chegam a transbordar os limites da escolarização.

Primeiramente, porque engloba os processos formativos diversos, em que são incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento social e comunitário, a formação política, questões culturais vivenciadas em outros espaços fora do ambiente escolar. Neste sentido, Gadotti (2011) afirma que,

> A educação básica de jovens e adultos é aquela que possibilita ao educando ler, escrever e compreender a língua nacional, o domínio dos símbolos e das operações matemáticas básicas, dos conhecimentos essenciais das ciências sociais e naturais, e o acesso aos meios de produção cultural, entre os quais o lazer, a arte, a comunicação e o esporte. (GADOTTI, 2011, p. 141).

Além disso, mesmo focalizando os processos de escolarização de jovens e adultos, o padrão da escola regular, com restritos e delimitações em seu tempo e espaço apresenta-se como problemático para a realização de uma educação que vise padrão de qualidade para homens e mulheres que não tiveram oportunidade de escolarização na idade certa. (SCHWARTZ, 2010).

Trata-se, de fato, de um campo pedagógico complicado, mas que bem poderia ser aproveitado como terreno fértil para a inovação prática e teórica. Quando se adotam concepções mais restritivas sobre a causa educativa como a educação de jovens e adultos, por exemplo, isso pode ser entendido como sem muitos interesses do ponto de vista da classe política e da reflexão pedagógica. Para Buffa (2003),

> O pensamento pedagógico não se caracteriza apenas pelo irrealismo político quando coloca a questão cidadania, por vezes tem chegado a uma visão negativa do político e do poder. O poder corrompe. O mundo da política é visto como um jogo de egoísmos e falsidades. O ideal seria um mundo sem poder, em que cada um aceitasse o convívio social guiado apenas pela disciplina interior do conhecimento e da obrigação moral, do amor ao bem – comum. (BUFFA, 2003, p. 63).

Quando, pelo contrário, a abordagem educativa faz-se ampla, a EJA é necessariamente considerada como parte integrante da história da educação em nosso país,

como um dos espaços importantes em que vêm se delineando esforços para a democratização do acesso ao conhecimento. (SCHWARTZ, 2010).

Assim, as implicações políticas da educação de jovens e adultos excederam àquelas metodologias de instrução formal. Definindo, por exemplo, as "palavras geradoras" a partir das necessidades da comunidade e de seu "universo vocabular mínimo". A EJA possui uma flexibilidade curricular e organizacional, o que não acontece na educação formal, fazendo com que os resultados sejam mais imediatos, colocando o aluno no mercado de trabalho ou nas atividades políticas, sem ter que esperar dez ou quinze anos, como é o caso da educação formal. (SCHWARTZ, 2010).

Neste contexto, a democracia é tema básico da prática e da teoria de Paulo Freire, uma democracia liberal, social, socialista, mas, sempre democracia. A questão central que percorre todo o discurso freiriano, em todos os momentos, é a educação e a pedagogia enquanto prática e teoria contribuintes da "radicalidade democrática". Freire nunca admitiu o autoritarismo.

A conscientização político-pedagógica poderia atingir todas as classes e o diálogo deveria levar ao "entendimento geral para o desenvolvimento de todos", da Nação, que estaria "acima" de todos os interesses particulares. O pensamento político-pedagógico de Freire serviu muito mais à mobilização, à organização, à difícil conquista da representatividade e da cidadania das classes populares do que à manipulação típica dos populismos.

Seu trabalho sofre influência de certos parâmetros políticos e ideológicos propostos por alguns socialistas, principalmente Marx. Em Pedagogia do Oprimido, no contexto da opressão social, já aparecem "classes", apesar de não ser categoria central de seu discurso. Ao longo de seus trabalhos vão aparecendo expressões como "conflito de classes", "ação cultural" e "consciência de classe" dentre outras. (FREIRE, 1997).

A seu discurso vão sendo incorporados "marxismos". A categoria "trabalho" aparece como contexto político-educativo e "produção" nos conteúdos programáticos escolares e da alfabetização de adultos (FREIRE, 1997). Daí, a priorização do trabalho e da produção coletiva no processo político-educativo é um novo ponto no discurso de Paulo Freire.

Portanto, ao se abordar o tema da Educação no Brasil, e principalmente da Educação de Jovens e Adultos, não é demasia salientar, que a perspectiva da educação brasileira, não seria a mesma, sem a ótica social de Freire. Convém notar que o professor criou uma proposta para a alfabetização de adultos que inspira até os dias atuais, diversos

programas de alfabetização e educação popular, desde o Centro de Cultura Dona Olegarinha, berço do Método Paulo Freire, nos anos 60.

6 CONCLUSÃO

O professor, enquanto profissional, não é o único responsável pelo sucesso ou fracasso da educação, porém é um mediador importante e indispensável no processo ensino e de aprendizagem. A Educação de Jovens e Adultos (EJA), como modalidade da educação básica e não mais um ensino supletivo, apresenta-se como um compromisso social, firmado com possibilidades reais para atender as classes populares. Porém, como política pública de educação ainda encontra-se distante da realidade dos alunos, de sua vida e cultura.

A escola ao longo dos anos tornou-se excludente e elitista sendo marcada por estatísticas negativas de reprovação e abandono. Contudo, isso vem mudando mediante fomentação da população, dos movimentos sociais de base e pessoas comprometidas com o futuro da nação, como é o caso do Educador Paulo Freire que enfatiza que a escola de ser um ambiente aberto ao conhecimento e despertar a consciência crítica, cidadã e consciente.

O professor da EJA precisa comportar-se como mediador do conhecimento, compreender e ser compreendido, sobretudo porque em se tratando de alunos dessa modalidade de ensino, percebe-se que é um público heterogêneo, como em todas as outras modalidades de ensino, que precisam de metodologias que atendam suas limitações e necessidades.

Todas as leituras e pesquisas bibliográficas realizadas para a construção desse trabalho monográfico permitiram compreender a relação entre escola, à docência, aprendizagem e preparação para o mundo do trabalho. Permitiu ainda entender a importância que Paulo Freire teve para os avanços da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, sobretudo para o público da EJA, que em sua maioria é formada por trabalhadores que abandonaram a escola ou que a ela não tiveram acesso, sendo com isso negado o direito a educação e, consequentemente, o direito a ser cidadão.

Neste sentido, as concepções freirianas, de que no processo de ensino aprendizagem tanto se educa, como se é educado e ainda, que educando e educador, como sujeitos do mesmo processo crescem juntos em conhecimentos e experiências.

Para Freire, ler é interagir, com o mundo. É ver o mundo de forma mais clara e nítida. É estar propício a desenvolver a comunicação entendível entre os sujeitos. É ter acesso a tecnologias da informação e o domínio do conhecimento que proporcionaram liberdade a todos que se encontram acorrentados na escuridão da falta de conhecimento e de leitura. Desse modo, ao instituir seu projeto de educação popular, Freire torna real a possibilidade da

escola apresentar-se como um espaço privilegiado na construção do conhecimento aberta a homens e mulheres excluídos, marginalizados e analfabetos.

Considera-se que os caminhos percorridos pela EJA foram importantes para a construção da cidadania. Paulo Freire e suas concepções foram capazes de produzir um novo olhar por parte das autoridades constituídas cujo objetivo alcançado foi uma Legislação que garanta a EJA.

É claro que muitos desafios precisam ser vencidos até que sua implantação e seu currículo sejam capazes de dar conta das reais necessidades de jovens e adultos brasileiros que dela necessitam e que de fato a EJA esteja ao alcance das classes populares e seja capaz de produzir mudança de vida.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Sonia Carbonell. **Educação estética para jovens e adultos:** a beleza no ensinar e no aprender. São Paulo: Cortez, 2010.

BARAGLIO, Gisele Finatti. **História da educação no Brasil:** um breve resumo. Disponível em: <gisele-finatti-baraglio.blogspot.com.br/2011/07/historia-da-educacao-no-brasi-umbreve.html.>. Acesso em: 06 jul. 2014.

BELLO, José Luiz de Paiva. **História da Educação no Brasil.** Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb01.htm.>. Acesso em: 12 agos. 2014.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB Passo a passo:** lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei Nº 9.394/96 comenta e interpreta, artigo por artigo. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** 9394/96. 5. ed. Câmara dos Deputados. Brasília: 2013.

BRASIL, Cristiane Costa. **História da alfabetização de adultos:** 1960 até os dias de hoje. Universidade Católica de Brasília. 2005. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/103/TCC/12005/CristianeCostaBrasil.pdf.>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania.** 14 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Marlene. **Primeiras letras:** alfabetização de jovens e adultos em espaço populares. 1. ed. São Paulo: Ática, 2010.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização:** leitura da palavra leitura do mundo. Paulo Freire, Donaldo Macedo. Tradução Lolia de Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Fazer escola conhecendo a vida.** Paulo Freire, Adriano Nogueira, Débora Mazza (orgs.). 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Educação e Mudança.** 26. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. **Educação e atualidade brasileira.** 2. ed. São Paulo: Cortez (Instituto Paulo Freire), 2002b.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à pratica educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **A educação na cidade.** Paulo Freire; Prefacio de Moacir Gadotti e Carlos Aberto Torre; notas de Vicente Chel. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2009.

_____. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2011.

G1 EDUCAÇÃO. **Brasil é o 8° país com maior número de analfabetos adultos, diz Unesco.** Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/brasil-e-o-8-pais-com-mais-analfabetos-adultos-diz-unesco.html.>. Acesso em: 23 jun. 2014.

GADOTTI. Moacir. **Educação de jovens e adultos**: teoria, prática e proposta. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOOGLE. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/obras/obras_livros.html.>. Acesso em: 11 jul. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos et al. **Educação Escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. 4. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MATSUI, Aurélio Akira Mello et al. **Dicionário didático.** 3. ed. São Paulo: Edições SM, 2009.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos.** 5. ed. São Paulo: Loyola, 1987.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORCARO, Rosa Cristina. **A história da educação de jovens e adultos no Brasil.**
Disponível em: <http/alfabetizarvirtualtextos.files.wordpress.com.>. Acesso em: 13 jun. 2014.

SCHWARTZ, Suzana. **Alfabetização de jovens e adultos:** teoria e prática. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TRINDADE, Diamantino Fernandes; TRINDADE, Laís dos Santos. **Os caminhos da educação brasileira.** Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/gepi/os_caminhos_da_educacao.pdf.>. Acesso em: 23 jun. 2014.